

HISTÓRIA DE MULHERES DA BAIXA DE SANTA RITA: IMPLICAÇÕES A PARTIR DE INTERVENÇÕES EM EDUCAÇÃO POPULAR

Andreane Pereira Moreira¹
Yeimi Alzate Lopez²

RESUMO

Esta pesquisa se propôs ao reconhecimento das vozes das mulheres periféricas, reconhecendo-as como participantes ativas no projeto Construindo Comunidades Saudáveis nas Favelas Urbanas de Salvador, vinculado ao ISC-UFBA, que ocorreu entre 2021 e 2024 em três áreas vulneráveis da cidade. Esse projeto foi desenvolvido por uma equipe multidisciplinar contando com a participação de profissionais de áreas como epidemiologia, soro-inquérito e ciências sociais. Um recorte específico da pesquisa abrange a localidade da Baixa de Santa Rita, situada na região de São Marcos/Pau da Lima, com foco nas intervenções realizadas pela equipe de ciências sociais. O objetivo principal era formar grupos com base na educação popular, permitindo que os moradores se tornassem sujeitos ativos na busca por direitos que já haviam sido garantidos legalmente, mas frequentemente não eram efetivados. Um dos maiores desafios enfrentados foi superar o histórico de exploração da comunidade, o que se mostrou crucial para o sucesso do trabalho. A pesquisa revelou o protagonismo e a participação ativa das mulheres, que trouxeram, nas atividades realizadas no território, suas próprias narrativas, abordando temas como: Memórias, Vivências, Experiência, Saúde, Violência, Território, Alimentação, Educação e Trabalho. Em meio a pesquisa participativa surgiu este recorte: Trata-se de um estudo qualitativo em coprodução, em que as temáticas trabalhadas foram escolhidas pelas próprias participantes. Verifica-se através da participação das mulheres envolvidas nas atividades do projeto, o amadurecimento e reconhecimento das situações de opressão por estas vivenciadas a partir de suas próprias narrativas permeadas por análises críticas da realidade. Ratificando conforme Freire (1967) a passagem da intransitividade para a transitividade crítica.

Palavras-chave: Narrativas de Mulheres, Educação Popular, Experiências, Participação.

INTRODUÇÃO

A pesquisa em questão apresenta uma análise da experiência decorrente das ações realizadas pela equipe de Ciências Sociais no âmbito do Projeto *Construindo Comunidades Saudáveis nas Favelas Urbanas de Salvador-BA*. Este trabalho refere-se especificamente a uma área localizada em um fundo de vale na região do bairro de Pau da Lima, em Salvador.

A proposta do Projeto *Construindo Comunidades Saudáveis* parte do pressuposto da construção de coletivos autônomos e emancipados, capazes de, a partir de suas próprias potencialidades, proporcionar a organização em defesa da efetivação de direitos básicos historicamente negligenciados. Com base nesse princípio, as ações iniciais basearam-se na

¹ Doutoranda em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, andreanemoreira@gmail.com;

² Antropóloga, PHD em Saúde Coletiva. Profa Adjunta do Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia, Brasil. yeimi79@gmail.com;

identificação de lideranças locais e na apresentação da proposta do projeto. A partir de então, deu-se início ao planejamento das atividades coletivas.

A partir das informações coletadas em campo junto aos moradores identificados como lideranças locais — ainda que não formalmente constituídas — emergiram, nos encontros promovidos pelo Projeto Construindo Comunidades Saudáveis, reflexões relevantes acerca da urgência na efetivação de direitos sociais básicos.

Questões antes secundárias tornaram-se o principal foco do debate: Onde se localizam os equipamentos públicos de saúde? Quais as condições de vida e saúde dos/as residentes da comunidade? E, de forma ainda mais provocadora: Se as pessoas vivem mal, de que adianta cuidá-las apenas em um centro de saúde? Essas indagações atuaram como disparadores de debates reflexivos sobre os limites e desafios enfrentados pelo sistema público de saúde brasileiro.

Para que os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) — como a universalidade, a integralidade, a equidade e a descentralização — sejam plenamente efetivados, torna-se imprescindível uma análise territorial que dialogue com práticas intersetoriais e uma gestão pública comprometida com a realidade concreta das populações atendidas. A articulação de tais dimensões torna-se vital para o avanço da promoção da saúde, demandando um novo planejamento urbano, que incorpore a saúde como um eixo transversal (Sperandio, 2016).

Esta análise de experiência, portanto, articula uma fundamentação teórica sobre os processos de mobilização comunitária, apresenta os objetivos do projeto, sua metodologia, e discutem os resultados e aprendizados obtidos ao longo do percurso. Ao final, propõe uma síntese conclusiva sobre os impactos do trabalho desenvolvido, destacando o papel transformador da escuta ativa, da participação popular e da atuação sensível no fortalecimento de territórios marginalizados.

METODOLOGIA

A mobilização e aproximação com a comunidade tiveram início no final de 2021, logo após o período mais crítico da pandemia de COVID-19. Além dos impactos sociais e econômicos deixados pela pandemia, a equipe deparou-se com um cenário de desgaste e desconfiança por parte dos moradores em relação a grupos acadêmicos. Tal resistência está vinculada a experiências anteriores nas quais a comunidade foi objeto de pesquisa em diferentes contextos, sem que houvesse qualquer tipo de contrapartida ou devolutiva significativa para o território. Compreende-se que a pesquisa não tem um valor isolado em si mesmo, mas sim como instrumento ao alcance de fins e valores coletivos orientados para o

bem comum. Assim, a proposta adotada em campo se fundamenta na ideia de que a pesquisa deve constituir-se como um ato político, social e científico, voltado a promoção da participação efetiva dos sujeitos imbricados no processo de produção do saber (Demo, 2004).

Destarte, diante dos desafios de mobilização, e após reuniões com a coordenação e a equipe de Ciências Sociais, optou-se por adotar uma metodologia mais aberta, que possibilitasse a participação fluida da comunidade.

Essa abordagem culminou na criação das *Tendas Freireanas*, espaços itinerantes organizados quinzenalmente em áreas de circulação comum da comunidade. Nesses encontros, a escuta coletiva foi central: os moradores compartilharam anseios, necessidades e desafios vivenciados, elementos fundamentais para a futura conformação de um grupo local voltado ao fortalecimento comunitário e à reivindicação de direitos.

Ao longo do processo, observou-se a predominância da participação feminina nas atividades, fator decisivo para a continuidade do projeto e para o amadurecimento político do território. Após três anos de atuação, constata-se que a mobilização comunitária, aliada à valorização do espaço e à resistência cotidiana, contribui significativamente para a desconstrução de estereótipos historicamente atribuídos a comunidades periféricas.

Partindo do pressuposto de que o território é um espaço de múltiplas relações, onde se expressam a complexidade da vida social, as atividades foram iniciadas por meio das chamadas *Tendas Freireanas*. Essas tendas consistiam em três estruturas montadas em uma área estratégica de confluência do território, com o objetivo de acolher todas as pessoas que ali chegassem, garantindo livre circulação e ampla participação da comunidade.

Inicialmente, observou-se uma predominância de crianças nas atividades, o que demandou a presença de profissionais responsáveis por conduzir oficinas artísticas e atividades voltadas ao esporte e lazer infantil. Essa estratégia mostrou-se crucial, especialmente para atrair os responsáveis — em sua maioria, mulheres — que passaram a frequentar o espaço e, gradualmente, a participar de forma mais ativa. Tais práticas contribuíram para: A curiosidade e o estímulo à participação de alguns responsáveis; Oportunizaram a identificação das crianças com os pares e com o instrutor; Estimularam o senso de participação; Oportunizaram o lazer; a população sentiu-se acolhida, além da valorização no que tange ao momento final com a partilha do lanche. (também os adultos).

A princípio, a participação dessas mulheres era predominantemente observadora. Contudo, com o tempo, foi possível perceber uma apropriação progressiva da proposta do projeto, o que resultou em um envolvimento mais efetivo nas atividades. As *Tendas Freireanas* se consolidaram como um espaço de práticas dialógicas e dinâmicas diversas,

construídas de modo acessível e participativo, de forma que todas as pessoas presentes pudessem compreender os objetivos e a importância da adesão comunitária ao projeto, como caminho para a promoção de sua própria emancipação.

As relações de parentesco e outras formas de vínculos sociais, como as redes de cuidado, desempenharam papel central na mobilização local. O engajamento das mulheres, a partir de suas experiências de vida — ao mesmo tempo singulares e plurais dentro do contexto territorial — foi determinante para as transformações percebidas ao longo do trabalho de campo. Essas vivências contribuíram diretamente para a construção de um espaço coletivo de resistência, cuidado e articulação política, capaz de impulsionar processos de fortalecimento comunitário e reivindicação de direitos.

REFERENCIAL TEÓRICO

“O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (Santos, 2006, p. 13). Partindo desse pressuposto compreendemos as relações desenvolvidas em lócus e a potência que desabrocha a partir das relações estabelecidas e entremeados pelo acolhimento e compartilhamento de saberes a partir de elementos da educação popular.

O território em questão como espaço de relações, entremeados por parentescos, afetos e necessidades comuns apresentava um quadro de vida que possibilitou o reconhecimento dos desafios a serem vencidos coletivamente assim como o potencial existente que poderia ser a partir do elemento “união” vir a ser utilizado em favor da população.

Embora situados/as em um mesmo espaço/território, era perceptível a divisão existente na localidade. As ações que foram desenvolvidas pela equipe em co-participação, no intuito de se promover o entendimento do quanto a união em contextos desfavoráveis são determinantes para a superação e enfrentamento das expressões da questão social, se apresentando como uma das primeiras estratégias utilizadas pelo grupo.

Desse modo, a estratégia de fortalecimento do poder local foi se tornando cada vez mais importante. O broto da compreensão de si mesmas enquanto cidadãs, foi sendo construído a cada encontro. A desconstrução da academia enquanto espaço hegemônico de produção de saber foi sendo gradualmente articulada, permitindo a emergência das experiências dos moradores e moradoras com legitimidade, força e autonomia. Ou seja, a base

se insinua, no período popular, como sujeito enfim, da história. "Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão" (Freire, 2018, p. 108).

No percurso das interações surgiram importantes reflexões onde os/as moradoras/es especialmente a partir da participação das mulheres que, se aproximando se integravam e consideravam os aspectos de saúde como temática importante a ser debatida, começando um processo de reflexão de forma ampliada e coletiva.

A partir de questões cotidianas que apareciam nas conversas individuais e/ou coletivas inferiram ao longo do processo: A necessidade de união entre os moradores locais; pontuações acerca do desgaste da comunidade com relação às promessas de cunho político eleitoral não cumpridos; além de terem construído conjuntamente através da metodologia de cartografia social a ressignificação de seu lugar e de suas histórias de vida. As ações desenvolvidas coletivamente possibilitou colocarem-se como multiplicadoras, além de começarem a compreenderem a necessidade de participarem ativamente enquanto sujeitos políticos.

Dentre os desafios para uma maior participação pontuou-se a ausência de muitas pessoas sob a perspectiva de 'medo', por não entenderem o momento das ações da Tenda Freireana através das rodas de conversa, como um espaço de valorização local. Essas ausências no entanto, se constituíram também em participação, na medida em que podemos considerar analisando conforme Freire (2008), a potência do encontro entre as diversas pessoas referenciadas e pertencentes ao mundo, voltadas a formular e compreender as problematizações uns dos outros. Pois, mesmo aqueles/aquelas que não participavam ativamente da 'roda', eram escutados nas mobilizações, e se predispunham mesmo que indiretamente para a efetivação das atividades a exemplo da ajuda prestada com a montagem/carregamento e armazenamento do material.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde os primeiros momentos de inserção no campo empírico, foi possível observar, tanto nas falas dos moradores quanto nas dinâmicas do território, a percepção de uma divisão informal da área em três zonas distintas. Essa fragmentação territorial revelava-se um obstáculo significativo à construção de processos mais orgânicos de emancipação política, comprometendo iniciativas coletivas que poderiam resultar em benefícios concretos para a comunidade. A base popular, antes silenciada, começava a se anunciar como sujeito histórico de sua própria trajetória. Este processo se insere no campo da educação não formal, que se

define como espaço de aprendizagem, com intencionalidade, no campo da cultura política, para a formação de novos sujeitos sociais (Gonh, 2018).

À medida que as atividades avançavam, a estratégia de fortalecimento do poder local se tornou cada vez mais relevante, sendo validada pelas participantes, sobretudo pelas mulheres. A compreensão de si enquanto sujeitas de direitos foi sendo gradualmente elaborada no decorrer dos encontros. Nesse processo, a ideia da academia como único espaço legítimo de produção do saber começou a ser desconstruída cotidianamente, permitindo que os saberes e experiências locais emergissem com legitimidade.

[...] Outras dimensões da realidade social, igualmente produtora de saberes, vieram à tona, tais como as que advêm do mundo das artes, do ‘mundo feminino’, das mulheres, do corpo das pessoas, das religiões e seitas, da cultura popular, das aprendizagens cotidianas por meio da educação não formal[...] (Gonh, 2010, p.8).

Desse modo, temas fundamentais à cidadania, como o acesso ao saneamento básico — até então inexistente e já associado a uma visão de desesperança — passaram a ser ressignificados como pilares estruturantes da saúde local. Reemergiram narrativas potentes: a lembrança de um córrego outrora limpo que hoje se tornou esgoto; casas destruídas por inundações recorrentes; alterações drásticas no relevo provocadas pelas chuvas. Esses elementos concretos reavivaram o debate sobre as condições de vida e saúde no território. A força das histórias de vida das mulheres, que emergiram com intensidade, revelou não apenas suas trajetórias individuais, mas também o potencial coletivo. Em um dos encontros, uma das participantes verbalizou: *“Poderíamos narrar nossas histórias em um livro!”* — expressão que sintetiza a potência reflexiva e emancipadora gerada no processo.

A compreensão do usufruto do território alinhado a ideia de cidadania deve estar vinculada a identidade local. Para que haja essa compreensão e vivência o território precisa figurar como local de promoção de dignidade e solidariedade. As formas de trabalho desenvolvidas pelo projeto caminharam no sentido do reconhecimento à cultura local, da validação e importância de suas memórias integrando aos processos singulares, mas sem perder de vista, o coletivo. A facilitação dos diálogos transversais, cruzamentos e aproximações entre os próprios moradores, forma determinantes para criação de pontes entre as diferenças existentes no território. “[...] Devem-se criar redes tecidas por fios que promovam esta interligação e a conexão necessária” (Gonh, 2010, p.81)

A partir da vivência e do uso cotidiano do território, tornaram-se mais evidentes as múltiplas dimensões que sustentam a vida digna e saudável. A compreensão de saúde passou

a ser elaborada para além do modelo hospitalocêntrico — centrado na presença de médicos, hospitais, remédios e ambulâncias — e passou a incorporar elementos como saneamento básico, ar puro, alimentação adequada, higiene e condições ambientais saudáveis.

Desse modo, a mudança na concepção de saúde, articulada à necessidade de efetivação dos direitos estabelecidos e à perspectiva de que esse território também pode aspirar a uma vida pautada pela dignidade e pela qualidade de vida, evidencia o amadurecimento da compreensão de que a saúde coletiva transcende o enfoque nas doenças. Nesse sentido, amplia-se para a análise dos determinantes sociais que incidem sobre as condições e modos de vida da população, destacando a relevância de ações transformadoras voltadas à superação das iniquidades em saúde e à promoção de uma realidade mais equitativa. (Barata, 2007).

A lógica territorial, nesse contexto, revela que o bem-estar da comunidade depende da articulação entre diversas dimensões da vida. É essa integração que transforma um território em um lugar saudável, ou seja, um lugar bom para se viver a partir da integração, da solidariedade entre os povos que o habitam. O Bem Viver propõe, assim, "[...] uma oportunidade para imaginar outros mundos, baseados na solidariedade, na reciprocidade e na harmonia com a natureza, superando a visão capitalista de desenvolvimento" (Acosta, 2016, p. 25).

Foi especialmente entre as mulheres que se observou uma maior aproximação e integração com a noção ampliada de saúde, concebida de forma coletiva e situada no território, com a compreensão de que é preciso que exista distribuição adequada de serviços e de equipamentos no território, para que os mesmos possam ser utilizados pelos indivíduos que deles necessitam independentemente das condições socioeconômicas, gênero, etnia e outras particularidades.

Emergiram também reflexões sobre a necessidade de união e articulação comunitária, bem como críticas à recorrente frustração com promessas políticas não cumpridas, especialmente em períodos eleitorais. Assim como uma valorização crescente do território e da história de vida de cada uma, assim como a análise do afastamento de parte dos moradores, que, por medo ou desinformação, não compreendiam as rodas de conversa como espaços de fortalecimento comunitário.

Geralmente as pessoas que vivenciam situações de discriminação são mais vulneráveis também porque, com maior probabilidade, não podem contar com uma rede de suporte social, emocional, afetivo e prático, não confiam nas instituições, nem nas pessoas com as quais convivem. Embora comecem a haver estudos de desigualdades sociais em saúde, enfocando especificamente os efeitos deletérios das situações em que a distribuição de poder é assimétrica entre diferentes grupos sociais, seja por questões

relacionadas à idade, gênero, raça, etnia, religião, seja por questões relacionadas à classe social ou às condições materiais de vida, ainda há um longo caminho a percorrer na compreensão de fenômenos com essa complexidade (Barata, 2024, p.70, 71).

Ainda assim, as mulheres passaram a se reconhecer como multiplicadoras e compreenderam a importância de sua participação enquanto sujeitos políticos ativos. Em suma, o processo da educação popular consubstancia a participação de sujeitos diversos em sua formação, cultura e identidade, para, a partir de um trabalho eminentemente político, buscar a integração entre as pessoas trabalhando pedagogicamente com vistas ao fomento de formas coletivas de aprendizado que promovam o aprimoramento da capacidade crítica reflexiva dos sujeitos em seus territórios considerando os processos de opressão diuturnamente praticados contra as minorias historicamente.

Esses elementos apontam para um processo de transição do pensamento ingênuo para uma consciência crítica, conforme proposto por Paulo Freire (1967). Trata-se da construção de uma consciência social e política que emerge a partir da escuta, da vivência e da reflexão coletiva, em que os sujeitos passam a se reconhecer como protagonistas de suas histórias e de suas lutas por dignidade e direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa possibilitou o reconhecimento e a valorização das vozes das mulheres periféricas como protagonistas no processo de construção coletiva do conhecimento, reafirmando a potência transformadora da participação popular. A experiência desenvolvida no âmbito do projeto *Construindo Comunidades Saudáveis nas Favelas Urbanas de Salvador* evidenciou que a produção de saberes situada localmente e compartilhada, quando conduzida de forma dialógica e participativa, contribui para a ampliação da consciência crítica e para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e autonomia das participantes.

O recorte realizado na Baixa de Santa Rita demonstrou que a pesquisa qualitativa em coprodução, ao priorizar a escuta e o protagonismo das mulheres, possibilita não apenas a identificação de situações de vulnerabilidade e opressão, mas também a formulação de estratégias de resistência e transformação social a partir do território. As narrativas das participantes revelaram a complexidade das relações entre saúde, gênero, trabalho, alimentação, educação, violência e território, reafirmando que a saúde coletiva deve ser compreendida de forma ampliada, como expressão das condições de vida e das dinâmicas sociais que estruturam o cotidiano.

Dessa forma, o estudo reafirma o pressuposto freireano de que a conscientização e o diálogo crítico são caminhos fundamentais para a superação da intransitividade e para a construção de uma transitividade crítica, capaz de impulsionar mudanças concretas na realidade. Conclui-se, portanto, que o reconhecimento das mulheres periféricas como sujeitos históricos e políticos constitui não apenas um ato científico, mas também ético e emancipatório, comprometido com a transformação social e a efetivação do direito à saúde e à dignidade.

Esse trabalho mostrou como a atuação de projetos sociais em áreas mais vulnerabilizadas na cidade de Salvador-Ba, ao privilegiar e valorizar a escuta ativa, a participação comunitária e a potência do território, podem contribuir para a reafirmação da viabilidade de se construir uma nova sociabilidade humana, na qual as ações locais se articulem e se manifestem com vistas a desdobrar em um mundo de esperança, alicerçado na solidariedade e na utilização do território em benefício da maioria.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo. In: SOUSA, C. M. (org.). Um convite à utopia [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016. Um convite à utopia collection, v. 1, p. 203-233. ISBN: 978-85-7879-488-0. Available from: Doi: 10.7476/9788578794880.0006. Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/kcdz2/epub/sousa-9788578794880.epub>

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária/Editora Elefante, 2016.

BARATA, Rita Barradas. Como e porque as desigualdades sociais fazem mal a saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. 120p. 4 Edição.

BARATA, Rita Barradas. **As fronteiras da Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

DEMO, P. Pesquisa qualitativa: busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. Revista Latino-Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 89-104, 1998.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento**: metodologia científica no rumo de Paulo Freire. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1967.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 66. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

GONH, Maria da Glória. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais – São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política**: impacto sobre o associativismo do Terceiro Setor. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti (Org). **O processo de construção da rede de municípios potencialmente saudáveis** - Volume 2 / P941 ... [et al.]. - Campinas, SP: Unicamp: Instituto de Pesquisas Especiais para a Sociedade - IPES, 2004.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti; FRANCISCO FILHO, Lauro Luiz; MATTOS, Thiago Pedrosa. Política de promoção da saúde e planejamento urbano: articulações para o desenvolvimento da cidade saudável. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 6, p. 1931-1938, 2016.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. In: SANTOS, Milton [et al]. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 13-21.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.